

## Carta Política do Sector da Educação na Guiné-Bissau (2017-2025)

### *Preâmbulo*

O Ministério da Educação Nacional (MEN) da Guiné-Bissau iniciou no decorrer do ano 2014 a elaboração de um estudo diagnóstico do seu sistema educativo. Este diagnóstico mostra que foram registados progressos significativos no acesso ao pré-escolar. A taxa bruta de escolarização (**TBE**) passou de 7% em 2010 para 13% em 2013. Com quase metade acolhida pelos privados. As regiões de Bissau e Oio contam com quase os 2/3 das crianças na pré-escolar.

Apesar dos progressos realizados durante a última década e que permitiram melhorar a cobertura dos diferentes níveis de ensino básico, (TBE de 143% para o 1º ciclo do Ensino Básico (**EB1**), 76% para o 2º ciclo do Ensino Básico (**EB2**), e 61% para o 3º ciclo do Ensino Básico (**EB3**), a conclusão dos dois primeiros ciclos do ensino básico degradou-se passando de 64% em 2010 para 59% em 2013. O que mostra que o País ainda está longe de atingir o objetivo da escolarização primária universal de seis anos de escolaridade.

A análise efetuada no quadro do RESEN apresenta certo número de factores que explicam estes resultados. Trata-se em primeiro lugar da **organização das escolas**. Na realidade, 75% das escolas não oferecem os 6 níveis de escolaridade. Isso concerne 47% das crianças dos dois primeiros ciclos do Ensino básico. Os riscos para uma criança abandonar a escola por falta de oferta do nível escolar requerido são elevados.

O segundo factor explicativo é o **nível elevado de repetência** (21% no EB1 e 18% no EB2). Na verdade, os estudos demonstraram uma correlação forte entre a repetência e o abandono.

O último aspeto concerne as **entradas tardias na escola**, o que explica, principalmente, os abandonos significativos das meninas no final do EB2. De facto, parece que mais de 96% das crianças escolarizadas no 2º ano, estão acima da idade exigida (7 anos). Esta percentagem é mais elevada se considerarmos as crianças escolarizadas no 5º ano (98% têm mais de 10 anos). A idade média neste nível é de 15 anos, e 11 anos para o segundo ano.

Uma das características demonstradas pelo RESEN é a **baixa equidade do sistema educativo Guineense**. Isto é constatado no acesso à escola, na conclusão, como também na qualidade.

A análise da equidade de género mostra que as **Raparigas acedem menos do que os Rapazes e abandonam mais**. Na realidade, numa geração de Raparigas 75% acede o EB1 contra 80% dos Rapazes, enquanto apenas 48% das meninas concluem o EB2 contra 72% dos Rapazes.

Em termos de área de residência, os dados mostram que 66% das crianças das zonas rurais acedem à escola contra 91% das zonas urbanas. Em termos de conclusão a diferença é mais notória, 79% de uma geração de crianças que vivem nas zonas urbanas concluem os dois primeiros ciclos do EB enquanto que nas zonas rurais apenas 40%.

Em termos de qualidade das aprendizagens nos dois primeiros ciclos do ensino básico, a análise dos dados mostra **níveis fracos dos alunos e dos professores, sobretudo na Matemática**. Na realidade, a metade dos alunos não conseguiu responder correctamente a um terço das questões colocadas, o que corresponde a um resultado de respostas aleatoriamente dadas.

Em relação aos professores os resultados do teste realizado no quadro da avaliação nacional das aprendizagens do 2º e 5º anos do ensino básico, mostram que apenas 25% dos professores foram capazes de responder correctamente a 80% das perguntas formuladas aos alunos.

A análise dos determinantes da qualidade mostrou que, em 2014, um terço das crianças não tem manuais de e mostrou ainda que os alunos dos professores que receberam uma formação pedagógica obtiveram melhores resultados.

Foram registadas desigualdades significativas na qualidade entre as escolas. As disparidades podem variar de 1 a 30 em função da escola onde o aluno é escolarizado.

Quanto ao secundário, os dados mostram que, apesar do aumento do acesso a este nível (de 29% em 2010 para 39% em 2013) os abandonos continuam a ser relevantes, 38% dos jovens abandonam antes de concluir este ciclo. A ausência de exames nacionais faz com que a análise da qualidade neste nível se torne fraca. Constata-se, no entanto, uma insuficiência de professores particularmente de português e disciplinas científicas.

Quanto ao Superior, este subsector tem visto os seus efectivos aumentarem de maneira significativa durante a última década, tanto ao nível do público como no privado (3122 estudantes em 2005 e 10439 em 2013). Sofre, contudo, de problema de organização e de adequação com as necessidades de desenvolvimento económico e social.

No que concerne ao ensino técnico e a formação profissional, será aprofundada a análise iniciada em 2015, que permitirá melhorar a estratégia decenal.

Na ausência de uma política eficaz de alfabetização, a taxa de alfabetização mantém-se fraca: apenas 57% da população é alfabetizada<sup>1</sup>.

A gestão, controle e financiamento do sector da educação, estão aquém das expectativas. No entanto, são demonstradas disparidades significativas nas dotações das escolas em infra-estruturas e em professores ao longo da análise realizada no quadro do RESEN. Estes indicam fraca capacidade, tanto em termos de planificação como de gestão de recursos humanos. Da mesma forma, a ausência de uma série completa de dados sobre o sector limita as análises que teriam permitido uma melhor compreensão das limitações do sector.

O subfinanciamento recorrente do sector da educação constitui um factor de limitação ao seu desenvolvimento e a qualidade das aprendizagens. Na verdade, a parcela de recursos públicos destinados à educação representa apenas 13% dos recursos públicos em 2013 e apenas 11% em 2010, quando em média este número é de 23% nos países africanos. 97% dos recursos públicos do sector são destinados à remuneração do pessoal, o que não deixa margem de manobra para as despesas de qualidade ou de reforço das capacidades das estruturas administrativas dos estabelecimentos escolares.

A fim de corrigir os disfuncionamentos constatados, o Governo decidiu elaborar um programa decenal de desenvolvimento do sector educativo (2017-2025). Neste contexto, as oportunidades de financiamento proporcionadas pela Parceria Mundial para a Educação e pelas previsões de crescimento da economia do país fornecem ao sistema educativo a oportunidade de beneficiar de recursos adicionais para realizar progressos significativos nos planos qualitativo e quantitativo.

Esta perspectiva se junta à vontade do governo de realizar a escolaridade básica universal até 2025 inscrevendo assim, o país num processo de redução da pobreza e de desenvolvimento económico e social sustentável.

Convém sublinhar que a implementação deste programa não necessita somente de um engajamento político forte e sustentado, mas também de uma estabilidade político-institucional.

## *1. As orientações gerais para o desenvolvimento do sistema educativo*

O principal objectivo desta estratégia, diz respeito à conclusão universal do ensino básico (1º e 2º ciclos), com serviços de qualidade melhorados. Os principais eixos desta política são:

- i. Acolher todas as crianças de 6 a 11 anos nas estruturas do ensino básico do primeiro e segundo ciclos (seis anos de escolaridade completa); promover o acesso de grande número de alunos que concluem o segundo ciclo do ensino básico para o terceiro ciclo do ensino básico, que terá todos os insumos pedagógicos necessários e professores com melhor qualidade de formação;
- ii. Melhorar a qualidade das aprendizagens dispensadas ao ensino básico aumentando o fornecimento de insumos pedagógicos, a formação e a motivação dos professores, enquadramento dos alunos... Etc.; assim como pela melhoria da oferta de acolhimento de qualidade para a pequena infância;
- iii. Melhorar a oferta do ensino técnico e profissional, a fim de poder munir os alunos que concluem o segundo ciclo do ensino básico e o terceiro ciclo do ensino básico de qualificações respondendo às demandas do mercado de trabalho;
- iv. Controlar o fluxo dos alunos na entrada do terceiro ciclo do secundário, para permitir consagrar mais recursos ao reforço das aprendizagens, especialmente nas disciplinas científicas e tecnológicas;
- v. Melhorar o ensino superior para responder, em quantidade e qualidade, as demandas da economia e as necessidades da sociedade.
- vi. Desenvolver a alfabetização e o ensino não formal, a fim de fornecer as competências básicas necessárias para uma melhor inserção socioeconómica, com acento tónico nas categorias desfavorecidas;

- vii. Melhorar a gestão e a pilotagem do sistema educativo através de alocação optimal de recursos e da implementação de medidas que permitam a transformação desses recursos em resultados nos alunos;
  
- viii. Promover a equidade entre o género, meio geográfico e categorias sociais.

## ***2. Orientações Estratégicas de Cada Nível de Ensino***

### **2.1. Pré-escolar**

Ciente da importância do ensino pré-escolar na preparação das crianças para uma educação básica de qualidade, o governo vai desenvolver um programa de expansão deste subsector promovendo a diversificação da oferta pré-escolar (um ano de pré primária nas escolas em zonas rurais, pré-escolar de 2 anos para crianças dos 4 a 5 e pré-escolar clássico de 3 anos) e reforço de parcerias com as entidades religiosas, as comunidades, o sector privado e os parceiros técnicos e financeiros. O objectivo visado é de aumentar a taxa bruta de escolarização de cerca dos 13% em 2013 para 20% em 2025. As estratégias que serão desenvolvidas visam melhorar o acesso equitativo ao pré-escolar e a qualidade das aprendizagens.

#### **i. Melhoria do acesso e da equidade**

- ✓ A conservação da quota do privado na oferta à 50%;
- ✓ A melhoria da oferta pública que terá uma duração de dois anos nas novas estruturas que serão implantadas com prioridade nas regiões com poucas dotações;
- ✓ O pré-escolar comunitário continuará a acolher um terço dos alunos, apoiados pelo Estado, para garantir uma maior equidade e qualidade das aprendizagens e do meio;
- ✓ A implantação progressiva de um ano pré-primário ligado às escolas primárias nas regiões não cobertas ou poucas cobertas pelo pré-escolar;
- ✓ A distribuição equitativa de meios didácticos, materiais e de professores estará no centro dos programas que serão desenvolvidos e implementados.

#### **ii. Melhoria da qualidade**

A formação inicial das educadoras será integrada nas Escolas Normais de formação de professores. Assim, está prevista a instauração a nível das escolas normais um tronco comum seguido de uma especialidade no ensino do pré-escolar. Mecanismos para a promoção da polivalência dos professores que sairão das Escolas Normais de formação de professores, serão desenvolvidas e implementadas no quadro da reforma em curso desses estabelecimentos. A polivalência desejada promoverá a implantação das classes pré-primárias.

Os auxiliares dos estabelecimentos pré-escolares serão formados nos estabelecimentos de formação profissional (formação de curta duração). Os programas serão desenvolvidos e implementados no quadro da reforma de Escolas de Formação Técnico Profissional.

Uma reforma curricular será iniciada e implementada, e terá em conta as diferentes modalidades de ofertas previstas. Esta reforma tem por objectivo, a harmonização dos conteúdos e a melhoria das competências necessárias no final deste nível.

O reforço das formações contínuas, da supervisão pedagógica e da aquisição de materiais pedagógicos e propedêutico em quantidade e qualidade, é também um eixo importante desta estratégia pela qual os montantes respectivos são programados no enquadramento macro financeiro da estratégia sectorial.

O reforço das capacidades institucionais através do estabelecimento de regras, normas e de estandartes de qualidade (organização, taxa de enquadramento, necessidade de formação, etc.) estará no centro das preocupações da política para o pré-escolar.

Serão desenvolvidos e implementados programas de educação parental para promover as boas práticas parentais em matéria de cuidados e de boas práticas em casa (higiene, saúde, etc.) para permitir o desenvolvimento integrado da criança.

## **2.2. Ensino básico**

### ***2.2.1: O Primeiro e o Segundo ciclos do Ensino básico (EB1, EB2)***

Os objectivos atribuídos a estes ciclos para o período de 2017-2025 se articulam em torno dos seguintes eixos principais:

- ***Melhorar o acesso, a equidade e a conclusão.***

A melhoria do acesso, da equidade na escola do ensino básico, constitui um eixo central da nova política. O objectivo é que 100% das crianças de uma faixa etária entrem para o EB1 e prossigam a sua escolaridade no EB2 e a completem até 2025. A consecução deste objectivos exige a implementação das seguintes acções:

- **A redução das disparidades em termos do acesso à escola** nomeadamente priorizando a construção de escolas nas zonas com fraca oferta escolar e nas escolas incompletas com grande número de efectivos e alocação de subsídio separados dos salários atribuídos aos professores colocados nas zonas isoladas ou de difícil acesso durante os 9 meses de escolaridade (5% dos professores e o subsídio representará em média 15% do salário do professor);
- **A reorganização das escolas incompletas com fraca taxa de efetivos instaurando sistematicamente o recurso à turmas multi-classe;**
- A racionalização da gestão e da afetação do pessoal docente através da aplicação efetiva de critérios de afetação dos professores e de colocação nas escolas em função de padrões predeterminados;
- **A implementação, com o apoio das comunidades e das Associações dos Pais e Encarregados da Educação de cantinas escolares** nas escolas não aprovisionadas pelo PAM, a partir de 2018. Até lá será realizado um estudo sobre a implantação e o funcionamento de cantinas para permitir otimizar os meios que serão disponibilizados;
- **A redução de entradas tardias** para erradicar os abandonos relacionados com a idade, especialmente das meninas, será o objeto das estratégias direccionadas a cada escola. A sensibilização dos pais dos alunos, o reforço da gratuidade através do aumento dos meios disponibilizados para as escolas, a melhoria do meio escolar e do

acesso ao pré-escolar no meio rural, constituem medidas gerais que serão aplicadas neste contexto;

- **A Assumpção progressiva pelo Estado de escolas comunitárias e madrassas**, nomeadamente através da colocação do pessoal docente, do material pedagógico e construções escolares, preservando as especificidades das madrassas;
- A construção e equipamento em média de 211 salas de aula por ano;
- O recrutamento em média de 310 professores por ano;
- A redução da repetência para 7% em 2025 (contra 20% em 2013) através da aplicação da política dos subciclos, pela formação dos professores em métodos de avaliação e suas sensibilizações sobre os efeitos negativos da repetência, a implementação do apoio escolar para os alunos com dificuldades com o apoio das associações dos pais dos alunos, a instauração de mecanismos a nível das escolas para tornar colectiva as decisões de **repetência a proibição do uso da reprovação como uma medida de sanção** através das medidas que visam melhorar a qualidade explicitas mais adiante neste documento.

A implementação desta política vai permitir aumentar o número de alunos escolarizados no EB1 e EB2 de cerca de 319 534 em 2013 para 339 087 em 2019 e 355 467 em 2025. Com efeito, espera-se que 100% de uma geração atinjam ao EB1 e conclua o EB2 em 2025 em contra 77% e 63% respectivamente em 2013.

#### *i) A Melhoria da Qualidade*

A estratégia para a melhoria da qualidade que será seguida no decurso da década concentra-se **no fortalecimento das aprendizagens mais particularmente em Português e na Matemática**. Isso implica a instauração de medidas para o reforço de capacidade dos docentes, para a melhoria do enquadramento pedagógico e do tempo de aprendizagem, para a disponibilidade de materiais didáticos e para melhoria do meio escolar. As atividades para alcançar estes objetivos são:

- O reforço da formação inicial de docentes com foco na melhoria das competências académicas em Matemática e em Português dos formandos;
- A implementação de uma formação contínua adaptada que responda às necessidades de qualificações dos docentes. Será dada uma especial atenção a superação dos docentes em Matemática e na língua de ensino (português). Serão disponibilizados meios adicionais para permitir o reforço das;
- A melhoria do tempo de aprendizagem dos alunos é um aspeto central desta política, serão desenvolvidos e utilizados instrumentos que permitam fazer o seu seguimento e o seu enquadramento (caderno de faltas dos alunos e dos professores, aulas de recuperação, envolvimento de pais dos alunos e dos inspetores no seguimento, etc.);
- A redução progressiva do número de salas de aulas funcionando em turno triplo e a proibição do 4º turno. As escolas que funcionam em três turnos terão 6 dias em vez dos 5 dias semanais de modo a aumentar o tempo de aprendizagem dos alunos;
- A redução do rácio aluno professor no EB1 de cerca de 50 em 2013 para 40 em 2025 de forma a melhorar as condições de aprendizagem;
- A distribuição gratuita de manuais escolares e dos materiais didáticos nas escolas e a melhoria da sua utilização nas salas de aula;
- O reforço da liderança pedagógica e administrativa das escolas através
  - i. da definição e a padronização das inspeções (desenvolvimento de ferramentas),
  - ii. do reforço da formação dos inspetores (serão realizados estudos para desenvolver e implementar uma formação inicial de inspetores e identificar as necessidades de reforço das capacidades dos inspetores existentes. Serão desenvolvidos e implementados formações neste sentido),

- iii. do aumento de meios logísticos e financeiros postos à disposição de inspetores,
- iv. da alocação de verbas financeiras para as escolas, V) a formação dos Diretores de escolas e
- v. do reforço da implicação das associações dos pais dos alunos na gestão das escolas.

### ***2.2.2. O Terceiro Ciclo do Ensino básico (EB3)***

Os objectivos consignados a este para este ciclo para o período de 2017-2025 articulam-se em torno dos seguintes principais eixos:

#### ***i) Melhoria do Acesso, da Equidade e da Conclusão***

A melhoria do acesso no EB3 inscreve-se no quadro dos objectivos que o Governo fixou no âmbito da educação básica para 9 anos. Assim, espera-se que no horizonte desta política 80% de uma geração acederão a este nível contra quase 56% actuais. O Governo continuará, no entanto, a ter controle deste acesso para evitar uma possível degradação das condições de aprendizagem. Deste modo os exames regionais serão concebidos e instituídos no final de seis anos (final de EB2) para permitir o estabelecimento de uma melhor orientação dos alunos. Com efeito, nem todas as crianças que tenham concluído o EB2 acederão ao EB3, pois espera-se que uma parte dessas crianças prossiga os estudos na formação profissional que serão desenvolvidos. A orientação apoiar-se-á em critérios que serão determinados e que compreenderão, nomeadamente, a idade do aluno, a média do aluno no exame regional, a opção do aluno, etc. Serão identificadas e criadas comissões regionais de orientação. Elas compreenderão os representantes dos pais e encarregados de educação dos alunos e quaisquer outras estruturas permitindo assegurar os trabalhos a desenvolver a transparência pretendida.

A capacidade de acolhimento do ensino básico público passará de cerca de 53 000 alunos em 2013 para cerca de 94 000 em 2025. O setor privado continuará a escolarizar cerca de 25% dos efectivos do EB3.

Este acolhimento massivo necessitará:

- ❖ O recrutamento de cerca de 125 professores em média por ano;
- ❖ A construção de cerca de 109 salas de aula em média por ano;
- ❖ Aumento do tamanho das turmas (40 em vez de 34) de forma a racionalizar tanto a utilização das salas de aula como também os docentes, preservando um ambiente propício às aprendizagens.

A redução prevista da repetência vai permitir aumentar o acolhimento e a redução do abandono durante o ciclo de estudos. A taxa de repetência passará de 16,8% para 10% em 2020. Isso será possível através da instauração não só das medidas de melhoria da qualidade acima descritas, mas também de medidas administrativas descritas na secção EB1 e o EB2.

Esta igualmente prevista a responsabilização progressiva do funcionamento das escolas comunitárias e das madrassas de forma a permitir aliviar as famílias e permitir um acesso equitativo à este nível. As especificidades deste tipo de escolas serão preservadas para tranquilizar as comunidades e as famílias.

A redução das disparidades em termos do acesso no EB3, nomeadamente priorizando a construção de escolas nas zonas de fraca oferta escolar e atribuindo os subsídios não incluídos directamente no salário aos docentes afectados nas zonas isoladas ou difíceis durante 9 meses lectivos (5% dos docentes e o subsídio representará, em média, 15% do salário do docente).

### ***i) Melhoria da Qualidade***

Tal como nos outros níveis do Ensino Básico, a qualidade das aprendizagens constitui um eixo importante da política que será seguida no EB3. As medidas previstas incluem:

- a. A revisão da formação inicial dos docentes e a instituição de uma formação contínua adaptada, focada nas necessidades reais dos docentes;

- b. A disponibilidade de manuais escolares e de materiais didácticos nas escolas;
- c. A elaboração e a execução de novos programas escolares, adaptados às necessidades do ensino básico;
- d. Reforço do enquadramento pedagógico e administrativo dos estabelecimentos escolares através de:
  - 1. Reforço da formação dos inspectores,
  - 2. Aumento dos meios logísticos e financeiros postos à disposição dos inspectores,
  - 3. Instituição de subvenções financeiras às escolas,
  - 4. Formação do pessoal administrativo e pedagógico dos estabelecimentos escolares e
  - 5. Reforço da implicação das associações de pais e encarregados da Educação na gestão das escolas.

A conclusão deste ciclo será comprovada por um certificado comprovando que o aluno tenha concluído o ensino básico de 9 anos. Os alunos que queiram seguir a sua escolaridade estarão sujeitos a um exame que permitirá orientar os melhores em função dos lugares disponíveis e tendo em conta as suas aspirações nos estabelecimentos das Escolas de Formação Técnicas Profissional ou nos liceus. O 9º ano do ensino de base é um ano sem repetências para evitar que ele se torne num nó de estrangulamento e para permitir o acesso do maior número possível de alunos ao terceiro ciclo do ensino básico.

### **2.3. Ensino secundário**

O principal objectivo atribuído a este tipo de ensino é de preparar de maneira adequada um número considerável de jovens, mas segundo uma evolução controlada dos efectivos, para entrada no ensino superior. Nesse sentido, as ações previstas giram em torno de três eixos principais:

#### ***i) Controle dos fluxos dos alunos na entrada para o ensino secundário***

O essencial do controle dos fluxos para o superior será realizado na entrada para o secundário. Assim, no final do 9º ano será instaurado um exame nacional. Os finalistas do terceiro ciclo do Ensino Básico que obtenham um certificado de conclusão do ensino básico poderão optar, seja de parar os estudos, seja de sejeitar-se a um exame a fim de continuar no ensino técnico e formação profissional ou então de aceder ao ensino secundário. Prevê-se que no horizonte de 2025, 60% dos alunos que concluíam o terceiro ciclo do Ensino Básico, terão a possibilidade de se inscrever no secundário. Isto corresponderá a uma duplicação dos efectivos do Ensino Secundário (64.521 em 2025 contra 35.681 em 2013). Isto será alcançado através da aplicação das seguintes medidas:

- ✓ A Implicação do privado que continuará a assegurar a escolarização de 20% dos alunos do ensino secundário;
- ✓ A redução de taxa de repetências para 6% em 2020 (contra 8% em 2013);
- ✓ A melhoria da retenção ao longo do ciclo de escolaridade a fim de permitir a todos os alunos de atingir o grau de 12 anos de escolaridade.

Serão identificadas e estudadas medidas de forma a garantir a equidade social e de género no acesso ao ensino secundário. Para evitar que os alunos com qualificações necessárias sejam penalizados, devido factor género, origem social ou local de residência.

## **ii) Melhoria da Qualidade**

As estratégias de melhoria da qualidade no secundário implicam a harmonização dos conteúdos ministrados, uma melhoria das condições de ensino e um reforço de aprendizagem nos alunos. Para isso, diversas ações são previstas:

- ✓ Elaborar curricula para o ensino secundário que será harmonizado com as práticas educativas da sub-região, adaptados às necessidades dos alunos e postas em prática em todos os estabelecimentos escolares;

- ✓ Racionalizar a utilização dos recursos através do aumento do rácio aluno-turma (33 em 2013 a 35 em 2025);
- ✓ Aumentar o tempo lectivo suprimindo as turmas de turnos que recebem aulas em turnos;
- ✓ Construir salas de aula que acolhem o número crescente de alunos esperados neste ciclo;
- ✓ Recrutar cerca de aproximadamente 86 por ano, para aligeirar a carga horária semanal que passará de 26 horas em 2013 para 24 horas em 2025 e, permitindo assim, que os docentes tenham mais tempo para preparação de aulas;
- ✓ Disponibilizar manuais escolares e materiais didácticos para os professores em todos os estabelecimentos escolares públicos;
- ✓ Aumentar os recursos a alocar nos estabelecimentos para as despesas de qualidade;
- ✓ Reforçar o ensino das disciplinas científicas através do equipamento e a construção de laboratórios.

Está programada a instauração de um exame nacional no final do 12º ano e será estudada com vista à instituição dos pré-requisitos necessários. Os resultados deste exame permitirão um melhor controlo da qualidade e uma melhor orientação para o ensino superior.

### **iii) Formação dos Professores e do Corpo Docente.**

A necessidade de adoptar um currículo unificado para o ensino secundário está associada a necessidade de formação dos docentes a recrutar e ao reforço da capacidade dos docentes em serviço. Serão aplicadas medidas de controlo e de seguimento para garantir que as aulas sejam ministradas de acordo com o currículo. Para atingir estes objetivos, a estratégia prevê:

- ✓ implementar uma formação inicial para os docentes do ensino secundário. Isto fará o objecto de estudo e de análise que permitam identificar as opções mais pertinentes para o sistema Guineense (polivalência, especialização, etc.);
- ✓ Definir um sistema que permite identificar os docentes com lacunas e assegurar-lhes uma formação contínua;

- ✓ Garantir uma melhor utilização da carga horária dos docentes. Um docente capaz de ensinar mais do que uma disciplina será aproveitado para as leccionar, de forma a assegurar a execução da carga horária que lhe é atribuída. No meio urbano, isto poderá ser concretizado mediante a aplicação de um horário permi a um docente trabalhar em dois ou mais estabelecimentos vizinhos;
- ✓ Suscitar a motivação dos docentes que exercem nas zonas reconhecidas como difícil ou isolados através da atribuição de subsídios;
- ✓ Estabelecer um sistema de inspecção para fazer o acompanhamento dos estabelecimentos do ensino secundário;
- ✓ Realizar formação para os inspectores do ensino secundário.

A implementação desta política permitirá que em 2025, cerca de 43% das crianças de uma geração atinja o 12º ano de escolaridade (contra 24% em 2013).

#### **2.4. O Ensino Técnico e a Formação e Profissional (EFTP)**

Os objetivos definidos para EFTP visam através do reforço de pilotagem e a gestão do sistema à melhoria da qualidade, ao desenvolvimento de uma oferta de formação profissional de inserção para os finalistas do sistema do ensino, bem como uma oferta de ensino técnico e profissional qualificante. Assim o EFTP terá uma melhor articulação com os outros níveis de ensino e as necessidades dos sectores formal e informal.

##### **i) Melhoria da pilotagem da formação técnica e profissional**

Essa melhoria supõe o implemento de várias medidas:

- ✓ Reforço de capacidade do Instituto Nacional de formação técnica e Profissional (INAFOR), que é responsável pela engenharia de apoio, a decisão e da promoção da formação técnica e profissional;
- ✓ A reestruturação do dispositivo de pilotagem em torno de um quadro de concertação: esta coordenação será assegurada pelo conselho de concertação do

EFTP que reagrupa os representantes de todas as estruturas responsáveis pela formação técnica e profissional e representantes de empresários;

- ✓ Instituição de uma pilotagem para a demanda (mercado de trabalho), através de estudos permanentes de formação-emprego.

## ii) **Melhoria da qualidade de formação**

Isso requer:

- ✓ A implementação de uma formação inicial e contínua dos formadores;
- ✓ A elaboração e a implementação de programas de formação adaptados;
- ✓ Modernização de equipamento e suportes pedagógicos;
- ✓ Promoção da formação em alternância;
- ✓ Reforço da seguimento-avaliação e do controle de qualidade;
- ✓ Elaboração de um quadro de qualificações e certificação para o EFTP;

## iii) **Desenvolvimento e diversificação da oferta**

Serão desenvolvidas as capacidades de EFTP para permitir que as formações de inserção profissional curta possam acolher 40% de finalistas do 2º e 3º ciclo do ensino básico, em 2025, seja 25.846 alunos, 50% frequentarão as estruturas privadas (contra 503 no público em 2013).

Para a concecussão deste objetivo serão aplicadas as seguintes:

- ✓ Aumento das capacidades de acolhimento das instituições existentes e a criação de novas instituições nas regiões;
- ✓ A assunção parcial dos custos de formação profissional de inserção, a fim de se tornar acessível a um maior número de pessoas;
- ✓ A diversificação de especialidades viradas para os sectores prioritários da economia;

- ✓ O recrutamento de formadores.

## **2.5. Ensino Superior e Investigação Científica**

Os objetivos fixados para ensino superior são, por um lado, melhoria da eficácia interna e externa para satisfazer as necessidades de quadros nacionais de alto nível para o desenvolvimento econômico e social do país e, por outro, o desenvolvimento da investigação científica. Os principais componentes desta política se articulam em torno dos seguintes pontos:

- ✓ A definição e realização de reformas institucionais, através da adoção de textos de aplicação da lei do ensino superior, aplicação de normas de funcionamento e de seguimento dos estabelecimentos (clarificar as funções e responsabilidades de cada um, identificar mecanismos de seguimento e avaliação);
- ✓ A reorganização do setor através da integração das faculdades e dos estabelecimentos do ensino superior existentes após a sua legalização na universidade pública Amílcar Cabral, o fortalecimento da autonomia da universidade;
- ✓ A racionalização, a diversificação e a profissionalização dos cursos em função das necessidades e das capacidades do país;
- ✓ A criação de um dispositivo de observação e de prospecção do mercado de trabalho e da inserção dos diplomados;
- ✓ A melhoria de suportes pedagógicos (laboratórios, bibliotecas, redes eletrónicas, NTIC, etc.);
- ✓ O desenvolvimento de parceria entre a UAC e as universidades estrangeira, principalmente na superação dos docentes;
- ✓ A introdução de uma política de recrutamento de docentes doutorados (salários, incentivos, etc.);
- ✓ A criação de bolsas de estudo para o estrangeiro para encorajar os alunos com maior mérito vindos de meios desfavorecidos de continuar os seus estudos no ensino superior;

- ✓ A reforma do sistema de atribuição de bolsas de estudo para exterior para incentivar os estudantes inscritos nas especialidades específicas necessárias para o desenvolvimento do país.

A promoção da investigação científica implica por sua vez, a aplicação das seguintes medidas:

- ✓ O desenvolvimento de unidades de investigação na universidade, dotando-as de meios adequados;
- ✓ Promoção da investigação aplicada;
- ✓ O incentivo a criação de redes de investigação e intercâmbio entre investigadores de universidades parceiras;
- ✓ O reforço da ligação investigação / ensino através do desenvolvimento da ligação entre o Instituto Nacional de investigação Científica e a Universidade;
- ✓ A definição de mecanismos de financiamento da pesquisa.

## 2.6. Alfabetização

O governo pretende elaborar uma verdadeira política nacional de Alfabetização e Educação Não Formal (AENF), com base num balanço exaustivo que visa os jovens e adultos analfabetos com mais de 15 anos, bem como as crianças e jovens desistentes ou desescolarizados de 9-14 anos. Serão desenvolvidas estratégias para a diversificação da oferta.

A melhoria da gestão e da pilotagem para uma melhor organização e uma melhor gestão deste sub-sector será visada através das atividades a serem realizadas. Neste quadro será realizado um estudo acerca das crianças não escolarizadas para identificar as crianças e os jovens visados e as ações prioritárias que devem ser desencadeadas.

Sem querer antecipar os resultados da análise a ser realizada em 2015, é razoável pensar que as seguintes actividades serão implementadas. Trata-se de:

- ✓ Implementação de programas de alfabetização funcional com foco nas atividades dos alfabetizando em benefício das populações visadas (prioridade para mulheres ativas e meninas, etc.). Procurar-se-á alargar a cobertura através

da expansão de alguns programas existentes e a elaboração de outros novos nos centros de alfabetização e de pós-alfabetização;

- ✓ a realização de atividades de mobilização social e sensibilização dos intervenientes;
- ✓ Desenvolvimento institucional e reforço das capacidades administrativas responsáveis pela AENF com vista a melhorar a pilotagem e o seguimento da qualidade das formações;
- ✓ A implementação de uma formação de animadores melhorada;
- ✓ A disponibilidade de materiais didáticos nos centros e no estabelecimento de um mecanismo de enquadramento pedagógico;
- ✓ Reforço de seguimento-avaliação, nomeadamente no seio das estruturas descentralizadas.

*Em termos de apoio das crianças e jovens desescolarizados ou não escolarizadas:*

As estratégias a serem implementadas serão reforçadas pelos resultados da análise do estudo sobre as crianças não escolarizadas que será elaborada durante este processo de planificação. Este estudo permitirá dispor de dados que permitam identificar os locais e as crianças e jovem desfavorecidos afim de melhor orientar as ações.

A prioridade para o governo nesta área é de estabelecer programas alternativos que apoiem estas crianças e jovens desescolarizados munindo-os de competências que lhes permitirá uma melhor inserção.

As opções seguintes serão estudadas e progressivamente implementadas:

- ✓ Realização de formações básicas de curta duração nas escolas comunitárias do 1º e 2º ciclos do ensino básico, para fornecer as crianças do ensino não formal às competências necessárias em literacia e cálculo;
- ✓ Identificação e estabelecimento de passareis permitindo as crianças e jovens que adquiriram as competências básicas que queiram integrar o ensino formal ou a formação profissional fazê-lo;

- ✓ Criação de centros de alfabetização profissional permitindo os jovens a se alfabetizarem e adquirir paralelamente as competências profissionais;
- ✓ Identificação de potenciais formadores e suas formações sobre programas do ensino não-formal;
- ✓ Identificação e implementação de uma estratégia para seguimento dos alfabetizandos e para a disponibilidade de dados;
- ✓ A definição de uma estratégia para a divulgação e vulgarização de boas práticas e dos métodos de aprendizagem inovadoras;
- ✓ Desenvolvimento de uma estratégia que incentive as iniciativas de mutualização de recursos humanos e materiais (parcerias em torno das escolas, etc.);
- ✓ Busca de financiamento e parcerias para a ampliação das infra-estruturas existentes;
- ✓ Realização de um estudo sobre a criação de fundos nacionais de alfabetização e de educação não formal (modalidades de financiamento, gestão e de avaliação, etc.).

## **2.7. Controle e Gestão do sistema educativo**

A racionalização dos meios e a equidade nas alocações às regiões e às escolas sustentam a estratégia do sector. Para ali chegar às regras serão identificadas e aplicadas a todos e as ferramentas serão desenvolvidas e aplicadas.

Neste contexto, será fundamental desenvolver mecanismos que garantam a disponibilidade atempada de dados fiáveis sobre o sector e de um conjunto de testes regulamentares modernos e coerentes e uma administração capaz de executá-los.

Em relação aos recursos a mobilizar para atender às necessidades consequentes do aumento dos efetivos, e para garantir uma melhor gestão dos fluxos de alunos, o Ministério da Educação continuará as suas atividades levadas a cabo no quadro do criação de um mapa educativo operacional bem como arquivos fiáveis dos alunos permitindo gerir a adequação da oferta educativa à procura.

De mesmo modo, o Ministério da Educação procederá ao estudo, a preparação da implementação de exames nacionais.

Para além desses aspectos de natureza sectorial, melhorias muito substanciais da gestão do sistema farão objeto de uma atenção muito especial:

**2.7.1 Recursos humanos:** observou-se que a colocação do pessoal nas instituições, particularmente ao nível do ensino básico, era caracterizada por um nível de subjectividade bastante elevado; é importante tomar as medidas adequadas para garantir uma maior eficiência e equidade na utilização de créditos públicos. Para isso,

i) será criada uma ferramenta informatizada parametrizada de acordo com as normas que serão estabelecidas e regularmente alimentada pelos dados escolares para identificar as escolas com o numero insuficiente de efetivos e aquelas que são superlotadas e definir as realocações e necessidades adicionais,

ii) serão definidos critérios para priorizar as escolas que deverão beneficiar das novas afectações do pessoal com vista a melhorar significativamente a coerência nas reafectações dos pessoais; Isto implica por um lado a implementação de critérios de afectações nas regiões, de modo a reduzir as disparidades regionais existentes e por outro lado através da aplicação de critérios de alocações para escolas no interior das diferentes regiões.

Finalmente serão tomadas decisões para que as afectações e movimentações de pessoal sejam principalmente concentradas entre o final de um ano lectivo e o início do próximo, e não no decurso do ano letivo. Será criado um sistema de incentivos durante o ano letivo para a fixação dos docentes que trabalham em circunstâncias difíceis (zonas isoladas e difíceis) ou que fornecem um serviço particular (ensino multiclasse tornado necessária com o objetivo de completar as escolas, etc.) A revalorização da profissão docente estará sujeita a medidas que serão progressivamente implementadas de forma a tornar esta profissão mais atrativa e reduzir o abandono dos melhores para outros empregos.

**2.7.2. Gestão Pedagógica:** Para além dos aspectos pedagógicos e da qualidade do ensino que são igualmente objecto de acções específicas, serão tomadas medidas para assegurar que os recursos que serão mobilizados a nível de cada estabelecimento de ensino sejam efectivamente transformados em resultados tangíveis nos alunos (nível de aprendizagem, sucesso nos exames nacionais,..). Nesta perspectiva, foi decidido que

- i) serão realizadas em simultâneo e de modo regular, avaliações dos recursos dos estabelecimentos e os resultados dos alunos neles inscritos,
- ii) estas informações serão divulgadas a todos os intervenientes e parceiros da escola,
- iii) os inspectores serão encarregues de orientar melhor a sua acção para que as instituições mais fracas possam efectivamente melhorar
- iv) as sanções serão, caso necessário, , tomadas e
- v) as unidades de apoio pedagógico serão instauradas e dinamizadas em todas as regiões.

Serão instaurados os exames nacionais no final do 3º ciclo do ensino básico e no secundário de forma a permitir concomitantemente a gestão do fluxo dos alunos e também a avaliação das aprendizagens dos alunos no final do ensino básico e secundário, para uma melhor pilotagem dos fluxos e da qualidade. No que concerne aos 1º e 2º ciclos do ensino básico será implantado um mecanismo que permitirá a avaliação regular das aprendizagens dos alunos. Non final do 2º ciclo do ensino básico as crianças serão submetidas a um exame harmonizado por região, para permitir o encaminhamento dos alunos para o 3º ciclo do ensino básico e para a formação Técnico Profissional.

**2.7.3. A gestão administrativa e financeira:** O fortalecimento da gestão orçamental e material passará pela redefinição dos procedimentos de preparação dos orçamentos anuais e pela execução gradual dos orçamentos de acordo com os objectivos e ao enquadramento da política. Serão igualmente empreendidos esforços para melhorar a gestão e manutenção de edifícios, mobiliário, materiais e manuais escolares, de modo a garantir a funcionalidade do seu uso por períodos de tempo desejáveis. Para acompanhar a realização da política sectorial, os serviços descentralizados do Ministério da Educação Nacional serão reforçados; suas missões serão redefinidas em função dos imperativos do desenvolvimento regional e de recursos adequados para o sucesso da sua missão serão garantidas.

A estratégia de desenvolvimento do sector da educação acima descrita é sustentada por um programa sectorial de Educação. Este programa constitui o quadro no qual se devem inscrever todas as intervenções no sector da educação.